

---

PEDRO HESPANHA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

JORGE CALEIRAS

Centro de Estudos Sociais

## Mal-estar, conflitualidade e violência no mundo rural português.

### A crise dos anos 90

---

O artigo analisa as reacções de diferentes grupos de agricultores e da população rural às mudanças ocorridas entre 1986 e 1996 e relacionadas tanto com o processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia como com os impactos da globalização económica. A debilidade e a impreparação das estruturas públicas e privadas no campo português constituíram um travão aos ajustamentos requeridos pelo

novo quadro económico e institucional e ao forte impulso para a modernização que se fez sentir. Aparecem então novas vulnerabilidades e dependências, associadas ao abandono da agricultura, ao declínio da pequena produção tradicional, ao colapso de projectos de modernização e à descrença nas propostas do Estado e generaliza-se um estado de espírito pessimista, de descontentamento e de revolta.

**A**inda recentemente o descontentamento e a revolta dos agricultores figuraram, de novo, nas manchetes da comunicação social. Por causa do mau ano agrícola? Por causa da BSE? Decerto. Mas o facto digno de nota é que esse descontentamento e essa revolta continuam a virar-se não contra a Providência ou as empresas produtoras de alimentos para animais contaminados, mas sim contra o governo e, em particular, contra o Ministro da Agricultura. Porque este não garante uma cobertura eficiente de seguros de colheita, porque não acciona o regime de calamidade, porque não exige de Bruxelas a ajuda na reparação dos prejuízos, porque não reage com vigor à proibição de importação de carne de bovino imposta pela Espanha, porque...

Apesar da aparente aleatoriedade das causas de mal-estar — no caso, as intempéries, uma doença — os agricultores têm razão em procurar identificar um responsável político

que assumam parte dos prejuízos. Ao queixarem-se da falta de apoio do governo, os agricultores queixam-se, fundamentalmente, de o Estado português não se querer assumir como um verdadeiro «Estado-Providência Agrícola» (Servolin, 1989), desempenhando um papel importante na criação das condições básicas para que a agricultura possa ser viável e competitiva, como, no caso, a garantia contra os riscos naturais. Diferentemente de outros países, onde o mercado dos seguros fornece serviços a preço razoável e os agricultores podem suportar as despesas com os respectivos prémios, em Portugal a maior parte deste tipo de riscos não encontra quem assegure a sua cobertura ou, pelo menos, uma cobertura razoável, ao mesmo tempo que o governo se mantém aparentemente alheado e só age sob pressão.<sup>1</sup>

Subjacente a esta questão reside desde há muito uma ambiguidade básica na postura dos governos face aos problemas dos agricultores portugueses: por um lado, todos eles têm proclamado a necessidade de modernizar as explorações e de prepará-las para a competição num mercado cada vez mais alargado; por outro lado, têm procurado reduzir o seu papel de intervenção e de regulação no sector agrícola, alegadamente para deixar mais campo à iniciativa privada. Ora, o que se verifica é que os resultados desta postura têm sido decepcionantes, uma vez que os agricultores não têm sido capazes de reforçar significativamente a sua posição no mercado, apesar das elevadas ajudas materiais provenientes da União Europeia. Não podendo por si sós suportar as mudanças, eles estão a ficar cada vez mais abandonados à voracidade dos sectores da agro-indústria que os envolvem a montante e a juzante.

Este clima de mal-estar a que nos estamos a referir constituiu, precisamente, o objecto de um estudo recentemente concluído e que procurou analisar as circunstâncias que, ao longo dos últimos dez anos, favoreceram a instalação desse clima e, de algum modo, estão na origem de um conjunto de

---

<sup>1</sup> É sabido que a gravidade dos riscos, na actividade agro-pecuária, é mais elevada que em outros sectores e é verdade ainda que a capacidade de suportar ou de minimizar os riscos depende, sobretudo, dos modos de organização dos sistemas agrícolas e dos tipos de agricultura praticados. Um exemplo de risco natural, abundantemente estudado – a seca prolongada de 1976, em França – veio confirmar plenamente esta asserção. Claude Reboul e Marcel Jollivet, entre outros, mostraram com clareza que os agricultores franceses sofreram desigualmente os efeitos do mesmo fenómeno natural e que a diversidade cultural, o processo de fertilização e de rega e outras características das explorações relacionadas com o sistema de produção agrícola contaram muito para o efeito (Reboul, 1977; Jollivet, 1978)

episódios de conflito e de revolta protagonizados por diferentes categorias de agricultores portugueses de norte a sul do país.<sup>2</sup>

O ponto de partida para este estudo baseou-se no reconhecimento de que se assistiu durante esse período, a processos de mudança profunda com incidência nos espaços rurais e agrícolas portugueses, na actividade económica dos agricultores, no padrão de vida das famílias com ligações à agricultura, na organização social das zonas de sociabilidade não-urbana, na própria relação entre rural e urbano.

São vários os factores que contribuíram para esse processo de mudança. Citaremos, entre outros, a alteração das políticas agrícolas (de políticas estruturais para políticas de mercado), a pressão das lógicas de normalização da produção agrícola (normalização dos produtos, dos processos produtivos, das racionalidades económicas), a alteração das formas de regulação estatal acompanhada de um reforço da organização dos interesses privados e de uma maior institucionalização das suas formas de representação (de uma regulação autoritária para uma regulação partilhada ou, mesmo, para uma des-regulação) e o enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de contorno da crise, tais como a emigração, a pluri-actividade e o providencialismo estatal.

Trata-se de um conjunto de factores que só podem ser compreendidos dentro de um quadro de transformações profundas associadas a dois processos que em Portugal correram (e continuam a correr) quase em simultâneo: o processo de modernização e o processo de globalização. A natureza compulsiva destes processos actuando na economia portuguesa é, em grande medida, responsável pelas mudanças dramáticas que estão a ocorrer nas áreas rurais e que se traduzem em acentuado mal-estar. Assim, o descontentamento e a revolta nos campos parecem constituir uma manifestação do estado de espírito das populações que se sentem abandonadas e traídas pelo poder político local e pelas políticas do Estado. As dinâmicas da globalização, que no caso português se apresentam fortemente intermediadas pelas da integração europeia, estão a criar novas vulnerabilidades e o abandono da pequena agricultura e das produções tradicio-

---

<sup>2</sup> Referimo-nos ao projecto de investigação *O Modelo Agrícola e a Integração dos Espaços Rurais Perante a Reestruturação da Sociedade Portuguesa* financiado pela FCT (Projecto nº PCSH/C/SOC/1140/95) e cujos resultados constam do relatório final de investigação (Hespanha *et al.*, 1998) e foram explorados por Jorge Caleiras em dissertação de Mestrado (Caleiras, 1999).

nais e a amplificar os efeitos desestruturadores para a sociedade rural das dinâmicas de modernização estrutural (Moreira, 1995; Hespanha, 1997).

Ora, acontece que a integração europeia representou para a sociedade portuguesa um importante factor de mudança cujos efeitos se fizeram sentir de formas muito distintas nos diversos sectores dessa sociedade. As áreas rurais, em particular, mostraram-se extremamente vulneráveis a esses efeitos. Incapazes de controlar ou de fazer reverter em seu favor os factores de mudança (ainda que nem todos decorrentes da integração), elas viram-se lançadas numa crise que se manifesta em quase todos os aspectos da vida social.

Alguns resultados positivos das mudanças à escala local — por exemplo, as ajudas ao investimento ou ao rendimento trazidas pela integração europeia —, dada a sua reduzida dimensão e selectividade, não têm conseguido desfazer este quadro dos impactos negativos sobre o país rural (cfr. Avillez, 1992). Por outro lado, muitas das iniciativas que visam a redução dos efeitos críticos da integração, estimular as iniciativas económicas locais ou potenciar o envolvimento autónomo dos cidadãos não têm conseguido impor-se.

### **As questões em análise**

A análise dos efeitos dos processos de mudança nos espaços rurais e agrícolas portugueses e, em particular, do aumento do mal-estar, dos conflitos e da violência nos campos, exige a consideração de um conjunto de problemas estruturais que permitem delimitar e explicar grande parte dos fenómenos ocorridos. Sintetizaremos essas questões estruturais em quatro pontos e, relativamente a cada um deles, enunciaremos as principais hipóteses que orientaram a investigação.

1. A primeira questão consiste na relativa fragilidade do processo de modernização da agricultura e das áreas rurais em Portugal e no papel modernizador do Estado. É pacífico reconhecer que a agricultura portuguesa permaneceu praticamente estagnada até a um passado muito recente, afastando-se, assim, claramente do ocorrido na maior parte dos países europeus. Uma estrutura agrária muito deficiente, de latifúndio a sul e de minifúndio a norte, perdeu longamente perante a complacência do regime político e a impotência das forças sociais mais progressistas. O fomentismo agrícola fez-

-se sentir praticamente a partir da década de sessenta e manteve-se por demasiado tempo insensível aos problemas da pequena agricultura que dominava no país em termos de população ocupada. Os melhoramentos havidos ao nível das explorações, desde então, deveram-se mais à necessidade de reduzir os elevados níveis de força de trabalho exigidos pelos sistemas agrícolas tradicionais (face a uma força de trabalho entretanto valorizada pela indústria e pela emigração), do que ao resultado de qualquer das políticas agrícolas entretanto desenvolvidas. Ainda assim, o Estado representava, à data da adesão europeia, o mais importante agente regulador da actividade, tendo a seu cargo importantes funções quer na organização da produção, quer na transformação e na comercialização dos produtos agrícolas. A par disso, grande parte do conselho técnico, da experimentação e da extensão que chegava aos agricultores familiares estava na mão do Estado (Baptista, 1996).

Com a adesão europeia — e por causa da adesão —, este sistema pesado de regulação estatal deu lugar, num processo de transição muito rápido, a um sistema de regulação quase exclusivamente mercantil acompanhado do desmantelamento desastrado da máquina estatal ou da sua privatização a qualquer preço. Acresce ainda que, a meio deste processo, a reforma da política agrícola comum (PAC) e a redução do período de transição para a agricultura portuguesa vieram conferir o golpe de misericórdia a um número elevadíssimo de pequenos e médios produtores.

Apanhados nesta mudança, sem conhecer as regras do jogo, os agricultores que tinham confiado nos benefícios da modernização e investido nela, foram incapazes de superar as dificuldades e viram a sua situação piorar, estando hoje muitos deles completamente arruinados. Mesmo aqueles que, desconfiando das promessas, não arriscaram grandes mudanças, nem por isso ficaram melhor. É que, ao mesmo tempo que os seus produtos passaram a valer menos ou a nem sequer encontrar comprador, também as saídas que sempre conheceram para contornar as dificuldades agrícolas — a emigração, o emprego fora da agricultura e até o contrabando — passaram a estar fechadas.

Neste quadro, não só o mal-estar e o conflito ganham sentido, como a revolta contra o Estado e a responsabilização deste pelas dificuldades sentidas pelos agricultores se torna compreensível.

2. A segunda questão respeita aos efeitos directos da

integração europeia na economia do sector agrícola português, ou seja, às alterações ao nível dos preços, dos mercados e das políticas do Estado. As modalidades através das quais se tinha dado, de forma relativamente estabilizada, a inserção da agricultura no sistema económico estão hoje fortemente postas em causa e, com a integração, vêm ao de cima e amplificam-se as diferenças entre os produtores.

Sem alternativas ao emprego agrícola, o problema dos agricultores portugueses consiste no facto de, ao fim dos primeiros quatro anos de adesão, começarem a sofrer uma redução progressiva dos seus rendimentos, pelo efeito conjugado do abajamento dos preços agrícolas pela concorrência dos produtos estrangeiros (vg. leite, vinho, fruta, batata), da manutenção a níveis elevados dos preços dos factores de produção e da extinção do sistema nacional de protecção dos preços agrícolas.

O agravamento das condições de vida está na origem do descontentamento generalizado que se tornou comum a todos os tipos de agricultores. Expressa em manifestações e levantamentos populares, em cortes de estradas e de linhas do caminho de ferro, em destruição simbólica de produtos agrícolas ou em assalto aos camiões carregados de produtos importados, em sucessivas «guerras» do leite, dos porcos, do eucalipto, do vinho, e tantas outras, a conflitualidade tornou-se muito visível durante a última década.

No entanto, o protesto nem sempre assume estas formas claras de se manifestar. Por vezes o mal-estar e o protesto são dissimulados ou apresentam-se sob formas atípicas, que vão desde a resistência passiva a formas radicais de acção colectiva, mas produzem os mesmos efeitos no bloqueamento da acção estatal. Dado que as modalidades de manifestação do descontentamento e da revolta podem assumir estas expressões mais subtis e menos visíveis, o impacto negativo das mudanças rurais não pode ser medido apenas pelos níveis de participação em actividades de contestação ou pelo número de conflitos públicos referenciados pela comunicação social.

Por outro lado, a crise não é vivida da mesma maneira por todas as categorias de produtores nem suscita o mesmo tipo de comportamentos por parte destes. Num processo de progressiva dualização do sector da produção agrícola, os produtores tendem a polarizar-se em torno ou de uma agricultura de tipo empresarial, integrada verticalmente na agro-indústria e fortemente dependente do crédito e dos mercados ou de uma pequena agricultura de tipo familiar baseada na valorização da terra e do trabalho e orientada prioritariamente

para a reprodução dos produtores e das suas famílias (Reis, 1989).<sup>3</sup> Ora, a crise assume significados e desencadeia respostas distintas para cada uma destas categorias de produtores. A hipótese que colocamos é que o descontentamento pelo agravar das condições de vida se exprime por formas de protesto mais organizadas e orientadas por objectivos estratégicos no caso dos agricultores empresários e por formas de protesto mais espontâneas e desorganizadas no caso dos pequenos agricultores familiares.

O carácter limitado das acções de protesto de tipo camponês tem sido abundantemente estudado. Os economistas morais, preocupados em mostrar como a generalização das relações capitalistas de mercado e a expansão da burocracia podem estar na origem dos movimentos de protesto camponeses, atribuem uma grande importância aos mecanismos de reequilíbrio social e de protecção contra o risco constituídos pela solidariedade de vizinhança e pelas relações de clientela em comunidades rurais pobres (Polanyi, 1957; Hobsbawm, 1965; Geertz, 1966; Wolf, 1969; Scott, 1976; Meillassoux, 1976; Popkin, 1979). Se bem que a sociedade rural portuguesa se afaste claramente das situações estudadas por esses autores, não deixa de ser útil relacionar o declínio ou o enfraquecimento das instituições comunitárias, com o alastrar de um sentimento difuso de insegurança básica e este com o aumento das manifestações de protesto.

Seja como for, existe ainda um conjunto de outras questões por esclarecer e que são particularmente significativas em contextos socio-económicos e políticos como o português, em que a agricultura não se destina apenas à produção de alimentos, mas também à reprodução da força de trabalho de que a indústria necessita, em que se manifestam múltiplas interdependências não só entre a agricultura e a indústria como entre o espaço rural e o espaço urbano e em que a pequena agricultura e a sociedade aldeã continuam a desempenhar um papel importantíssimo na conservação dos equilíbrios sociais e na legitimação do poder político (Pinto, 1985; Baptista, 1993; Hespanha, 1994).

<sup>3</sup> Este processo de dualização dos produtores agrícolas ocorre igualmente em outros contextos em que a agricultura segue as tendências do capitalismo global, como é o caso do Brasil. Ao analisar as perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90, Claus Germer assinala a par do processo de empobrecimento e proletarianização da grande massa dos pequenos agricultores brasileiros e da luta pela sobrevivência dos segmentos intermédios, o crescimento do sector empresarial fortemente ligado à exportação capaz de aproveitar as oportunidades favoráveis da conjuntura mundial dos mercados agrícolas (Stédile, 1994)

Dentre essas questões incluem-se, em primeiro lugar, a das relações entre as diferentes formas de protesto e os diferentes grupos da população rural. Desde logo, a distinção entre as formas de protesto do grupo dos produtores mercantis, fortemente capitalizados, e as do grupo dos produtores familiares camponeses.<sup>4</sup> Apesar das diferenças já enunciadas, o impacto mediático das formas de protesto mais espetaculares pode tornar estas atractivas para os grupos menos organizados ou, inversamente, o radicalismo de grupos excluídos pode impor-se às estratégias de negociação dos dirigentes associativos. Por outro lado, as relações entre as formas de protesto e os níveis de legitimação das instituições políticas da democracia representativa merecem atenção particular. Por vezes, as acções de protesto surgem em populações que se sentem abandonadas e traídas pelo poder político ou em que as formas de regulação dos conflitos por parte do Estado não funcionaram. Por fim, importa conhecer melhor as modalidades menos visíveis de expressão do descontentamento e, em particular, o modo como se difundem e amplificam estados de espírito colectivos gerados pelo agravamento das condições de vida, tais como a desorientação e o desânimo, a depressão e a angústia, ou a vergonha e a desonra.

3. Como já foi referido, a necessidade de ajustamento estrutural obrigou a um acelerado processo de modernização, o qual se manifestou por meio de fenómenos de racionalização, de burocratização, de institucionalização e de normalização em praticamente todos os sectores da vida social portuguesa, com consequências particularmente dramáticas para os agricultores.

No caso da agricultura e do mundo rural, assistiu-se a um diversificado conjunto de mudanças, das quais referiremos algumas das mais importantes. Primeiro, a um impulso modernizador das explorações agrícolas, visando sobretudo o seu redimensionamento físico e económico e o seu melhoramento tecnológico. Segundo, a um processo de normalização do custo e qualidade dos produtos agrícolas em nome

---

<sup>4</sup> O mesmo autor da nota anterior refere-se a esta questão nos seguintes termos: «Todos eles [os pequenos agricultores] enfrentam grandes dificuldades para sobreviverem, daí as irrupções de radicalismo que os caracteriza em todo o mundo, particularmente na Europa. Todavia, trata-se de um radicalismo mais comedido, dentro do sistema e não contra ele, pois estes agricultores sentem-se, em geral, integrados, enquanto classe social, à economia capitalista vigente, mesmo que a critiquem fortemente. Assim sendo, a sua mobilização política está ligada principalmente aos temas da política agrícola, dos mercados, da tecnologia, e assim por diante, e oscila segundo a sazonalidade natural da produção agrícola e suas flutuações cíclicas» (*ibid.*: 278).



das preferências dos consumidores. Terceiro, a uma burocratização dos sistemas de ajuda aos produtores agrícolas, através da criação de agências mediadoras de difusão e de controlo. Quarto, a uma institucionalização dos grupos de interesses e das práticas de cooperação. Quinto, a uma racionalização das organizações de mercado, cooperativas ou públicas, através da concentração e da fusão de empresas (vg. nos sectores da cortiça, do vinho e do tomate; e nas cooperativas de crédito e de produtores de leite).

O problema consiste precisamente no atraso existente no desenvolvimento desses processos relativamente a outras sociedades europeias e no carácter dramático e, em alguns casos, inesperado que assumiram as mudanças neste domínio. Rompendo com as rotinas instaladas e desacompanhadas de informação e orientação claras sobre os procedimentos alternativos a adoptar pelos produtores, as mudanças converteram-se em obstáculos à acção destes e, por consequência, redundaram num agravamento da sua situação.

Como hipótese adicional, sustentamos que a já mencionada multiplicidade de funções desempenhadas pelas explorações agrícolas em Portugal tornou a modernização da agricultura um processo complexo e pouco consolidado, em que a falência económica dos projectos modernizadores no sector da produção para mercado pode levar a um recuo no sentido do reforço das funções não mercantis da produção agrícola.

4. A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) constitui um quarto vector de mudança com efeitos críticos nas áreas rurais, nomeadamente ao inverter os objectivos e a filosofia das políticas de modernização das explorações, de intensificação da produção agrícola e de um desenvolvimento rural assente no progresso da agricultura.

Em Portugal, a sua entrada em vigor significou ainda uma antecipação do termo do período de transição para a agricultura. Numa tal inversão muitos produtores agrícolas e muitas das suas organizações foram apanhados a meio de uma reestruturação económica que deixou de fazer sentido e lhes não permitiu mais recuperar da situação de endividamento em que se viram colocados por uma política agressiva de incentivos.

Os problemas que a nova PAC veio trazer são vários. Em primeiro lugar, o facto de a ruptura brusca, inesperada e dramática, com uma política de fomento da produção agrícola, não ser compreendida nem aceite pelos agricultores de um país que mantém uma elevadíssima e crescente dependência alimentar do exterior.

Em segundo lugar, o facto de a nova filosofia chocar com práticas, valores e atitudes fortemente enraizadas na cultura rural. À gestão da terra e dos recursos naturais estava associado um princípio de maximização do aproveitamento das terras com minimização do abandono. Ao trabalho estava associada uma ética camponesa do trabalho segundo a qual inactividade e lazer é considerado tempo perdido. À dignidade da condição de trabalhador estava associado o objectivo de viver do próprio trabalho. E à honra estava associado o pagamento pontual dos compromissos e a correlata condenação dos maus pagadores.

Em terceiro lugar, o facto de as ajudas ao rendimento da PAC reformada, na ausência de novas funções para a população rural, poderem ser vistas como um prémio ao lazer, é assumido como um factor de despersonalização e, portanto, contribui para agravar a já acentuada marginalidade dessa população.

A hipótese principal neste ponto é a de que a nova filosofia da PAC e os instrumentos que a realizam estão a gerar nos agricultores, nas suas organizações e, difusamente, na população rural, uma nova racionalidade prática orientada para a maximização das ajudas ao rendimento, comprometendo assim o sucesso de políticas de estímulo ao desenvolvimento local.

## **Análise dos resultados**

Limitaremos a apresentação dos resultados da pesquisa apenas à questão do mal-estar e da conflitualidade. Neste domínio, o material analisado consistiu fundamentalmente em dados de imprensa e em entrevistas realizadas a informantes-chave, em regra, actores sociais com papel relevante nos conflitos. Através do método de caso alargado e com recurso a uma análise de tipo intensivo, combinando entrevistas com observação directa, foi estudado um conjunto de eventos conflictivos, escolhidos pela sua representatividade em termos de ocorrência e pela sua exemplaridade em termos da complexidade de determinações que estavam envolvidas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O conjunto diversificado de hipóteses e as diferentes perspectivas analíticas consideradas obrigaram, neste estudo, a usar também uma metodologia complexa, combinando análise extensiva com análise intensiva, análise qualitativa com análise quantitativa e micro-análise. Também do ponto de vista das técnicas de pesquisa utilizadas, o estudo caracteriza-se pela sua diversidade em resultado da estratégia metodológica seguida destinada a captar a riqueza e complexidade do objecto de estudo.

### 1. *As razões do mal-estar*

As dificuldades económicas parecem ter atingido mais fortemente as pequenas explorações que, em parte e numa proporção relativamente elevada, foram obrigadas a desaparecer. Este facto revela estar em curso um processo de descoordenação crescente entre a esfera agrícola e os outros sectores que configuram as economias locais. Enquanto anteriormente a agricultura se articulava virtuosamente com os modos de industrialização e de urbanização difusos, através do mercado de trabalho e das estratégias de pluriactividade e de complemento salarial, agora assiste-se a uma marginalização da pequena agricultura policultural que parece afastar-se das relações económicas em que até aqui intervinha. O que pode significar que o papel flexibilizador dos espaços intersticiais de funcionamento informal da economia está a deixar de ser usado.

35

Quando se analisa a quebra dos rendimentos dos agricultores não se pode perder de vista que os indicadores usados incorporam já o efeito (positivo) das transferências de rendimentos por via dos diferentes tipos de ajuda financeira, nacional ou comunitária, directa ou indirecta, que visam desenvolver a produção agrícola. Uma das queixas mais recorrentes tem precisamente a ver com a forma desequilibrada como essas ajudas foram utilizadas, isto é, com o facto de elas se terem concentrado em apenas algumas regiões do país, em investimentos pouco estruturantes ou convencionais e em explorações agrícolas de grande dimensão. Porventura as condições de elegibilidade afastaram desses fundos a maior parte dos agricultores portugueses e decerto aqueles que mais necessitariam deles. Por seu turno, muitas das explorações agrícolas que, a partir do momento da integração europeia, têm vindo a fazer esforços de modernização e de desenvolvimento, têm sido impedidas, pelas novas condições económicas da PAC e dos mercados, de rentabilizar os seus investimentos e sofrem hoje de níveis de endividamento insuportáveis.

Assim, parece que o sector agrícola em Portugal não pôde aproveitar todas as potencialidades resultantes da disponibilidade dos fundos europeus. A queda do investimento produtivo e do VAB, a deterioração do rendimento dos agricultores (sobretudo se comparada com o que aconteceu, no mesmo período, com os rendimentos dos agricultores dos restantes parceiros europeus), o aumento do endividamento, o abandono das explorações agrícolas e o baixo nível de

competitividade dos produtos agrícolas são, de facto, os sintomas da má situação da agricultura. Na verdade, o peso da agricultura na economia desceu de 5,7% em 1986 para 3,4% em 1995 e, no mesmo período, os preços agrícolas baixaram 39%.<sup>6</sup> Naturalmente que esta quebra se reflectiu nos rendimentos dos agricultores, que baixaram cerca de 50%. Para o futuro, as perspectivas são igualmente sombrias: as tendências da política agrícola na União Europeia vão no sentido de uma aproximação ao modelo dos países do Norte, apresentados como um exemplo de eficácia económica. Relativamente a Portugal, isso implica que não se tenha em conta os mecanismos particulares em que assenta a agricultura familiar e que se avalie a viabilidade das explorações familiares à luz dos critérios das grandes unidades capitalistas. As conclusões são inevitáveis: a pequena agricultura aparece como não competitiva, apesar de a sua viabilidade lhe ter permitido, até agora, resistir ao ambiente de crescente liberalismo e apresentar, inclusivamente, nalgumas produções, um comprovado dinamismo.

Estas perspectivas pouco animadoras, que uma análise da evolução dos indicadores de situação e das políticas acaba por evidenciar, estão igualmente presentes na mente dos agricultores, embora enraizadas noutros fundamentos e envolvidas num pesado fatalismo que nunca deixou de dominar o mundo rural.

A modernização das explorações esbarra com factores de natureza estrutural ou institucional, como a insuficiência dos rendimentos gerados na exploração, para os mais novos, e a falta de perspectivas futuras, para os mais velhos, que as políticas agrícolas, em regra, desconhecem ou que exigiriam uma intervenção de natureza mais alargada.

Quanto à política agrícola comum, no quadro europeu, os agricultores conhecem-lhe bem os efeitos e têm, relativamente a ela, algumas convicções muito claras: primeiro, a de que ninguém dá nada de graça (o escoamento dos produtos europeus através dos nossos mercados foi a contrapartida das ajudas recebidas pelos produtores portugueses, as quais não compensaram naturalmente a ruína daqueles que não aguentaram a concorrência); segundo, a de que as ajudas apenas beneficiaram os que menos necessitavam de ajuda, ou seja, os maiores produtores; terceiro, a de que a concor-

---

<sup>6</sup> Mesmo que se contabilizem os efeitos de amortecimento causados pelas ajudas comunitárias, a quebra ficaria apenas atenuada em 4%.

rência dos produtos europeus tem servido de capa para esconder a exploração da fragilidade dos agricultores pelo comércio e pela indústria transformadora dos produtos agrícolas; quarto, a de que as imposições mais negativas da PAC para a agricultura portuguesa só são para cumprir porque o Estado português prefere «liquidar» os produtores nacionais a perder um conjunto de benefícios que resultam de uma boa relação com Bruxelas.

Consequentemente, a atitude mais comum dos agricultores perante os problemas decorrentes da integração é de responsabilizar mais os governantes e as instituições políticas nacionais do que as instituições europeias, chamando a atenção para o papel que os outros governos assumem de defesa intransigente dos interesses dos agricultores dos respectivos países.

37

## *2. Da sociografia à hermenêutica dos conflitos*

A análise sociográfica dos conflitos surgidos entre 1988 e 1996 mostrou que existe uma clara correspondência entre a evolução (positiva) de intensidade dos protestos e a evolução (negativa) dos rendimentos dos agricultores. Por exemplo, o ano de 1993 representa simultaneamente aquele ano em que esse rendimento atingiu os valores mais baixos da década e em que mais conflitos envolvendo agricultores se registaram.

A mesma análise permitiu distinguir diferentes tipos de conflitos e, inclusive, relacioná-los com a questão dos modelos agrícolas. Assim, foi possível reconhecer a existência de um conjunto de conflitos (ou apenas manifestações de mal-estar) relacionados com a crise do modelo agrícola em declínio — que designamos de conflitos defensivos ou de sobrevivência — a par de um outro conjunto de conflitos claramente referenciáveis às dificuldades de implantação do modelo emergente — os quais designamos de conflitos de mercado.

Nos conflitos de mercado, por exemplo, incluem-se as relações conflituais em torno da PAC, com as multinacionais, com a agro-indústria e com o sector cooperativo. Nos conflitos defensivos, incluem-se relações conflituais em torno da implantação de certas infraestruturas pelo Estado ou concessionários, a propósito das reservas de caça, da plantação de eucaliptos, da vacinação do gado, mas só podem ser compreendidos em toda a sua intensidade e radicalismo pela existência de outras causas acumuladas de mal-estar.

A título de ilustração de um e outro tipo de conflitos, segue-se uma síntese breve de alguns dos casos analisados.

*Produtores de fruta* — O conflito foi originado pelo aumento das importações. Surgiu a partir de 1989 e teve um recrudescimento em 1993 com a redução dramática dos preços no mercado e a falta de escoamento. Envolveu principalmente produtores de média dimensão da região do Oeste, a zona abastecedora da cidade de Lisboa, que estão muito ligados ao mercado. Este conflito tornou-se especialmente importante por ter arrastado consigo outras camadas de agricultores e por ter assumido formas de acção radicais e modelos de organização mais elaborados.

*Produtores de leite* — Surgiu, pela primeira vez, em 1988 na região Centro Litoral em consequência da suspensão de ajudas financeiras do Estado e envolveu pequenos produtores de leite, associados das cooperativas agrícolas. O movimento recrudescceu em 1994 com o caso Parmalat que obrigou a uma profunda reestruturação do sector. Este caso torna-se também importante pelo facto de nele se evidenciar uma maior ligação com o movimento confederativo e por mostrar a relação conflitual com multinacionais.

*Produtores de cereais* — Tem origem no processo de atribuição de ajudas ao rendimento. Além disso, relacionou-se, como nos casos anteriores, com a quebra de rendimentos. A atribuição de rendimentos compensatórios a produtores marginais veio ocasionar situações de irregularidade, envolvendo cooperativas agrícolas no Alentejo e noutras regiões, o que veio agravar o mal-estar já existente.

*Produtores de carne de porco* — Foi originado pela regulamentação sanitária do sector que colocou em causa as explorações familiares e também pela importação crescente de carne de porco, sobretudo proveniente de Espanha. Nos anos 90, a importação maciça de carne de porco, por parte da indústria transformadora, veio acentuar a crise no sector. Este caso localizou-se igualmente na região Centro Litoral.

*Produtores de tomate* — A causa principal reside na crise das empresas transformadoras. Estes conflitos agudizaram-se no segundo semestre de 1992 em consequência da falência ou falta de pagamento aos produtores de tomate por parte das empresas transformadoras da zona de Santarém. O caso envolveu pequenos seareiros que ficaram endividados no decurso da campanha e assumiu proporções dramáticas. Ele é particularmente importante porque mostra bem as relações conflituais entre os produtores e o complexo agro-industrial que os envolve, quer a montante, quer a juzante da produção.

Os exemplos de conflitos defensivos ou de sobrevivência estudados são os seguintes:

*O caso da plantação indesejável* — A plantação de eucaliptos, associada ou promovida pela indústria de celulose dominada por capital estrangeiro e por empresas públicas, tornou-se um grande negócio em Portugal. Em várias regiões do país, os agricultores, receando a exaustão da humidade dos solos provocada pelo eucalipto, destroem sistematicamente todas as novas plantações com a ajuda de grupos ambientalistas.

39

*O caso das reservas de caça* — Em Portugal, a caça constitui uma actividade muito popular. O crescente número de caçadores, o abandono agrícola e a poluição têm vindo, contudo, a reduzir dramaticamente o efectivo cinegético. Por isso o governo estabeleceu em 1986 um novo regime de caça e instituiu um sistema de reservas onde a caça é condicionada. A iniciativa e a gestão das reservas foi entregue a associações dominadas pelos caçadores mais ricos e pelos promotores turísticos. Reclamando contra a redução das áreas de caça livre, largos milhares de caçadores e proprietários (cujos terrenos foram incluídos nas reservas, sem consentimento) revoltaram-se por todo o país, ameaçando os dirigentes e os associados das reservas e desafiando as autoridades que tentavam impedir a sua acção.

*O caso do gasoducto e das lixeiras* — Em ambos os casos, o que estava em causa era o direito de impedir a construção de infraestruturas que não beneficiam a população que tem de as suportar ou que são vistas como indesejáveis pela população. Em ambos os casos a decisão de expropriar os terrenos afectados (na sua grande maioria, terrenos agrícolas) foi tomada pelas autoridades sem consulta prévia ou consentimento dos proprietários ou cultivadores e sob invocação do interesse público. Por isso, assistiu-se a um grande levantamento popular e a manifestações radicais de protesto, com corte de estradas ou de linhas do caminho de ferro ou com bloqueio das máquinas por período mais ou menos longo. O apoio das organizações ambientalistas teve um papel muito importante neste conflito.

*O caso dos rebanhos desaparecidos* — Nas zonas montanhosas da região centro a agricultura é pobre e as pessoas são obrigadas a emigrar. A criação de cabras e de ovelhas e a produção de leite e de queijo são as únicas actividades deixadas a uma população envelhecida e pouco escolarizada. Devido a uma epidemia de brucelose, as autoridades sanitárias passaram a controlar os animais, a proceder a

vacinações em massa e a abater os animais suspeitos. Muitos pastores, contudo, receando a perda do rebanhos e a demora nas indemnizações, fugiram com os animais para os montes, furtando-os ao controlo. Apesar da mobilização de avultados meios, incluindo os do exército, as autoridades não conseguiram descobrir o paradeiro dos rebanhos e acabaram por desistir ao cabo de algumas semanas de buscas.

Verificou-se ainda que a distinção entre estes dois grandes tipos se pode fazer através de qualquer das dimensões do conflito, a saber: actores, causas, objectivos, antagonistas e aliados, método, lideranças e processos.

40

**Figura 1 – Tipologia dos Conflitos**

	CONFLITOS DE MERCADO	CONFLITOS DE SOBREVIVÊNCIA
Actores	Agricultores capitalizados	Agricultores familiares / agricultores pluriactivos
Razão	Agravamento das condições económicas das explorações	Agravamento das condições económicas e sociais da família
Objectivos	Específicos	Genéricos, difusos
Antagonistas	Agentes de mercado claramente definidos / Estado	Agentes de mudança mal definidos / Estado
Aliados	Partidos políticos	Grupos locais / proprietários rurais / ambientalistas
Método	Negociação	Reivindicações radicais
Liderança	Associações	Líderes carismáticos
Processo	Controlado	Não controlado

Um domínio de particular importância para a compreensão dos movimentos sociais agrários da primeira década pós-adesão é o da organização e representação dos interesses dos agricultores.

Já foi referido que a adesão implicou a criação de novas estruturas organizativas destinadas a aplicar as medidas da PAC em substituição das antigas instituições públicas nacionais de apoio à agricultura. Relativamente a esse tipo de



organizações, verificou-se que, ao aproveitarem estruturas herdadas do sistema anterior (como aconteceu, por exemplo, com as cooperativas agrícolas resultantes da extinção dos antigos grémios da lavoura do Estado Novo) elas rapidamente se converteram em pesados aparelhos burocráticos a servir muito deficientemente os interesses dos produtores agrícolas.

Dois vectores históricos são importantes para compreender a fragilidade da representação de interesses na agricultura em Portugal: primeiro, o sistema corporativista, desaparecido em 1974, com o fim da ditadura, baseado na ideia de que há um «interesse comum» de todos os agricultores e de que estes devem estar hierarquicamente organizados; segundo, os modos de organização da produção e de representação existentes na CEE, através de organizações de produtores de carácter técnico-profissional para defesa dos produtores especializados em função do produto, e que vieram a ser acolhidos ou a servir de modelo após 1986.

Se, por um lado, aquele sistema de organização corporativa e a relação de dependência entre as associações agrícolas e o Estado levou ao esmagamento da dinâmica social no sector agrícola e é, em grande medida, responsável pela fragilidade e dependência do associativismo agrícola actual; por outro, a adopção do modelo europeu, envolvendo um grande empenhamento do próprio Estado no surgimento de parceiros associativos com quem pudesse negociar as políticas e para quem pudesse transferir certas das suas funções e responsabilidades, acabou por contribuir também, por esta via, para uma limitada e artificial autonomia do novo sector associativo agrícola (Henriques e Reis, 1992).

Para além do seu carácter parcial e pouco autónomo, há que reconhecer que o sistema de representação dos interesses agrícolas se encontra longe de estar consolidado em Portugal.

No período estudado, por exemplo, um novo sector, qualitativamente importante, de médios agricultores capitalizados tem vindo a reivindicar as condições necessárias para assegurar a rentabilidade dos capitais investidos nas suas explorações, aproveitando as ajudas nacionais e comunitárias. Eles exigem essencialmente a privatização dos meios económicos da agricultura, opondo-se assim aos interesses da grande agricultura extensiva, cerealista e beneficiária das formas até agora dominantes de capitalização acelerada da renda da terra. Por seu turno, eles não gozam da confiança

dos pequenos agricultores subsidiados, que beneficiam menos das formas rápidas de rentabilidade das suas explorações e que estão mais comprometidos com soluções de tipo associativo.

No entanto, este sector de médios agricultores capitalizados está na base do movimento reivindicativo que agitou o país desde o princípio do Verão de 1991 e mobilizou sobretudo as organizações especializadas por produtos e algumas organizações profissionais de carácter regional. Descontentes com a representação dos seus interesses através das confederações já existentes — a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional de Agricultura (CAN) e a CONFAGRI — chegaram, nessa altura, a reclamar a constituição de uma nova estrutura confederativa que representasse os agricultores beneficiários, numa escala microeconómica, dos novos recursos disponíveis com a adesão à Comunidade Europeia.

A análise do envolvimento das duas principais confederações de agricultores — a CAP e a CNA — na organização dos conflitos e das reivindicações por elas apresentadas em nome dos seus associados mostra existir um conjunto de traços comuns na sua actuação. Assim: a) uma reduzida participação na iniciativa das acções de protesto; b) um elevado empenhamento no controlo das acções de protesto em cuja iniciativa não tenha participado; c) estratégias reivindicativas ajustadas pragmaticamente às diferentes conjunturas económicas e políticas, o que, lhes confere uma natureza muito oscilante (CAP); d) uma ligação forte a outras organizações internacionais similares. No entanto, a actuação também revela diferenças e, desde logo, a que respeita aos interesses preferencialmente defendidos por cada uma delas: a CAP orientada para a defesa dos produtores-empresários de média e grande dimensão, a CNA para a defesa do sector da pequena agricultura familiar.

Mas existem outras diferenças: enquanto a CAP funciona através de um sistema organizativo muito centralizado, a CNA descentraliza a sua actuação em associações locais e regionais distribuídas por todo o espaço nacional e tem-se mostrado mais aberta a acolher e a envolver-se nas iniciativas destas organizações locais; enquanto a CAP cresceu graças à proximidade do poder e ao acesso a fundos comunitários, a CNA desenvolveu-se à margem das estruturas do poder político, suprimindo as dificuldades financeiras com muita «militância», só recentemente tendo sido admitida como parceiro social do Governo; enquanto a CAP, por fim, sempre

defendeu a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia e a salvaguarda das suas especificidades através de uma política agrícola que promova a plena igualdade com os restantes estados-membros, mais desenvolvidos e melhor preparados, a CNA tem mostrado desde o início uma posição de grande cepticismo quanto à integração da agricultura portuguesa, sublinhando e denunciando as consequências muito negativas dessa integração.

Os estudos de caso das lutas ocorridas em diversos sectores permitem ver, mais de perto, o peso que as confederações tiveram no desencadear e no decurso dos eventos. A primeira ideia a reter é que a organização das lutas esteve sempre bastante ligada às confederações e que as lutas constituíram um dos principais campos da actividade política das confederações. Daí que a esmagadora maioria das revoltas tivessem sido mais organizadas do que espontâneas.

Revolta verdadeiramente à margem das confederações foi a «guerra da fruta» ocorrida no Bombarral, no Verão de 1989. As restantes lutas tiveram o envolvimento, maior ou menor, directo ou indirecto, das confederações, tanto mais que elas possuem recursos — políticos, financeiros, logísticos, organizativos, relacionais — sem os quais se tornaria difícil fazer vingar uma luta. As próprias organizações locais de agricultores, para subsistirem, tiveram de se filiar numa das confederações, o que representou alguns custos, desde um certo controlo financeiro e institucional, mais ou menos paternalista, a que ficaram sujeitas, até uma redução da margem de manobra face às posições politicamente correctas que aquelas pretendem garantir.

Durante os governos do PSD, a CNA foi uma constante organizadora de acções de luta, ao mesmo tempo que a CAP, então envolvida numa relação institucional privilegiada com o governo, organizou apenas algumas grandes concentrações nacionais, nomeadamente a propósito da reforma da PAC, em 1992. De certo modo, com a mudança do governo, em 1995, esta situação quase que se inverte, o que não deixa de evidenciar as dimensões ideológicas e políticas envolvidas na agenda de cada uma das confederações.

Sem prejuízo do que acaba de ser dito, o estudo dos conflitos revelou o papel decisivo que desempenharam certos actores individuais na liderança dos movimentos.<sup>7</sup> Tam-

<sup>7</sup> É o caso do malgrado Júlio Sebastião, que foi Presidente da Associação de Agricultores do Oeste e liderou toda a revolta do Bombarral, em 1989, a qual rapidamente se alastrou a zonas do país.

bém o modo como se adquire legitimidade para falar em nome dos agricultores desmente que sejam as estruturas partidárias ou associativas a fornecer os condutores das lutas com autoridade reconhecida. Se tiver de ser traçado um perfil para o líder carismático dos movimentos agrícolas, esse perfil corresponde a alguém do meio, que se arrisca sem ambiguidades, persistente na luta e sem contemporizações, capaz de exprimir com clareza e frontalidade o que os agricultores sentem. O contrário, portanto, do perfil do político. Os políticos, a gente dos partidos, podem dar um contributo significativo para a resolução dos problemas — e por isso a sua ajuda quase nunca é recusada — mas pertencem a uma categoria considerada bem distinta da dos manifestantes.

Aos líderes cabe conduzir as lutas, manter mobilizados os manifestantes e negociar com os antagonistas, tudo a exigir deles capacidades excepcionais que também se revelam e apuram nos próprios processos de luta. Algumas regras práticas emergem do material analisado. A mobilização tem de ser cuidadosamente preparada e revela-se tanto mais consistente quanto maior e mais ampla tenha sido a auscultação prévia, através das reuniões de aldeia.

Quando há as concentrações e quando se chega a esse grau elevado de uma luta na rua, de uma concentração, de um corte de estrada, de uma coisa dessa natureza, é óbvio que já tem havido reuniões de direcção e já tem havido inclusive até aquilo a que nós chamamos os plenários em que reunimos os agricultores todos e é lá na última instância que se decide o que se vai fazer. Porque como é óbvio não é apenas a direcção [que decide]. [...] Há um pouco a ideia no exterior [de] que isto é tudo esquematizado anteriormente pela direcção, através de 4 ou 5 e tal. Não! A direcção tem apenas uma ideia, tem uma perspectiva em relação às coisas [...] (*Entrevista 4, Dirigente*).

Obter consensos sobre os objectivos e os padrões das lutas, mesmo entre membros de uma mesma classe socio-profissional, torna-se muito difícil dadas as práticas autoritárias tradicionalmente enraizadas nas sociedades rurais. Também a desmobilização pode ser difícil, uma vez atingidos os objectivos ou negociada uma solução aceitável para o conflito, dada a sedução que as opções radicais representam para os mais destituídos. «[O] mais difícil é segurar depois os agricultores. [...] Segurar as pessoas é difícil. E foi sempre a minha grande dificuldade... foi segurar as pessoas» (*Entrevista 1, Activista*).

Os padrões de luta escolhidos são da maior importância — manifestações de rua, cortes de estrada, bloqueio e destruição de camiões carregados de produtos, sequestro de políticos, deslocações em massa, boicote no fornecimento de produtos agrícolas, etc. — podendo, nalguns casos, uma escolha errada comprometer o sucesso do movimento, como aconteceu, por exemplo, com a destruição pública de géneros agrícolas. Tratando-se de um procedimento muito seguido em outros países, entre nós teve efeitos contraproducentes para os manifestantes, acusados de insensibilidade perante a situação de extrema pobreza e, mesmo, fome que ainda vive uma parte razoável da população. Mas, em geral, existia por parte dos líderes um conhecimento razoável dos processos de luta que os agricultores desenvolvem noutros países da Europa<sup>8</sup> e um contacto próximo com líderes e organizações agrícolas europeus, o que permitiu beneficiar bastante de outras experiências de luta quer no aspecto organizativo quer aspecto tático.<sup>9</sup>

A partir dos casos estudados foi possível conhecer melhor as condições de sucesso e de fracasso das lutas. Dentre as primeiras contam-se a presença de uma liderança carismática nas acções mais radicais<sup>10</sup>, a justeza dos

---

<sup>8</sup> «Aqui há anos fomos a um congresso em Espanha. [Em simultâneo] faziam lá uma concentração. Fomos convidados e aproveitámos. Aquilo começava às três horas e em vez de irmos para o congresso às três, fomos às cinco. Viémos participar na manifestação a convite deles. Fomos nós, mais uns gregos e mais três ou quatro países que aí [no congresso] estavam representados e que também estavam interessados numa coisa daquela natureza [a manifestação]. Então comecei a fazer perguntas parvas. Como é que eles mobilizavam? É por postal — responderam. Ah, está bem. Então, e como é que sabem quantos lá vão estar? Vão lá estar todos. Vão estar todos — responderam. Vão lá estar todos?! Então como é que vocês sabem os que vão estar e os que não vão? Como é que a gente sabe?! A gente não tem nada que saber. Eles é que vêm. Os que não vêm mandam um postalzinho [a justificar porque não vêm]. E só pode ser por duas razões: por doença ou por questões de tribunal. Eles vão justificar à sua Associação. A gente não tem nada que controlar, eles é que têm que se justificar, eles é que têm de se controlar. [...] Assim nas Assembleias Gerais, eles têm justificação — responderam. É muito giro, porque eles estão muito mais adiantados» (*Entrevista 4, Dirigente*).

<sup>9</sup> «Sei como é que se fazia noutros países [...]. Na Alemanha, na França... eu sei como é que se faziam na Alemanha. Tive sempre informações como é que se faziam. E posso-lhe dizer que na grande manifestação que foi na Dagota [*nome fictício*] nós errámos! Nós naquele momento só erramos numa coisa. E eu posso-lhe dizer que, passados 8 dias, estava na Alemanha, estive lá reunido com pessoas do PS alemão, em que me disseram: Luciano [*nome fictício*], vocês erraram! O governo estava... não sabia o que devia fazer. Se vocês teimam outra vez, com outra manifestação o governo não podia andar a correr atrás de vocês sempre. O governo tinha que ceder! Vocês erraram em não fazer mais luta!» (*Entrevista 1, Activista*).

<sup>10</sup> A capacidade de recolher a confiança dos agricultores, a coragem e a determinação com que se envolvem nas lutas contam-se entre as marcas que são

objectivos<sup>11</sup> e o momento dos protestos relacionados com os períodos de maior desafogo dos agricultores. Dentre as segundas contam-se o estabelecimento de objectivos impossíveis de atingir no quadro dos compromissos europeus<sup>12</sup> ou sem profundas mudanças envolvendo os interesses de outros grupos sociais, a oposição generalizada das confederações ou dos partidos às reivindicações dos agricultores e a escassez de meios para suportar a luta.<sup>13</sup>

reconhecidas aos líderes carismáticos. «Estava lá na frente! Eu nunca tive medo! Eu costumo dizer que quem não deve não teme! Há pessoas que dizem: A senhora está sempre à frente disto. A senhora não tem medo? Não! Nunca tive medo. Eu não devo. Quem não deve não teme. E quando eu vir os outros a fugir eu fujo também. E se alguém pensar em vir para me bater, a primeira pode ser deles, mas a segunda pode ser minha! [...] luto pela agricultura porque fui sempre agricultora e acho que os agricultores foram sempre penalizados, discriminados em todos os governos. Não é num nem noutro. Os agricultores nunca tiveram o apoio de ninguém. E então eu luto pela sobrevivência dos agricultores que estão muitos [deles] na decadência, na miséria e na fome» (*Entrevista 2, Dirigente*).

<sup>11</sup> Esta noção de justiça exprime-se, em regra, em termos muito práticos: «Uma senhora que produz 50 litros de leite por dia, gasta meio saco de ração por dia [...]. [E]ssa mulher, fazendo-lhe contas ficou com 1 conto livre. Então era preferível ela estar parada. Ela está a gastar do marido que tem já uma pensão! [...] As vacas que se compraram o ano passado e há dois anos, a 200 e a 300 contos, hoje estão vendidas aí algumas, na minha vacaria, a 35 contos! Diga-me lá se um agricultor pode viver?! Não pode! E depois bem... a gente tem de pagar a luz, cara... a gente tem de pagar o telefone, a gente tem de pagar a água, a gente tem de pagar a Casa do Povo, para a Segurança Social! Não é justo que um agricultor, assim como eu, que pago quinze mil duzentos e setenta e tal escudos por mês. [...] Eu levanto-me todos os dias à 5:30 da manhã, a hora de deitar é que a gente não tem. É quando calha. Portanto, nós não estamos favorecidos em nada [...] Estão a favorecer os de fora! [...] [O leite produzido em Portugal] é de melhor qualidade do que o que vem de fora. Os agricultores... nós não queríamos subsídios! Nós queremos que realmente descessem os factores de produção que a gente compra para produzir o melhor leite. E a gente, então, produzia mais leite. Ele é de melhor qualidade do que o que vem de fora! Porque o nosso leite, em Portugal, é criado à base das vacas que comem pouca ração. Comem palha, comem coisa... esse leite que vem de fora... diz-se que há países com uma pastilha que dão às vacas, elas dão 40 litros de leite! O leite que vem de fora é criado com hormonas, a carne a mesma coisa!» (*Entrevista 2, Dirigente*).

<sup>12</sup> Existem vários exemplos de reivindicações de tipo proteccionista que chocam com os acordos de adesão. Por exemplo, em 7 de Outubro de 1993, cerca de sete centenas de suinicultores reunidos no Montijo, local onde opera a Bolsa do Porco, aprovaram uma moção em que solicitavam ao governo, com carácter de urgência, a interdição da entrada em Portugal de porcos ou de carne suína procedente de países europeus enquanto não fosse feita uma reestruturação do sector que possibilitasse aos suinicultores portugueses concorrer em pé de igualdade com os parceiros comunitários.

<sup>13</sup> Desde logo os recursos humanos necessários para desencadear a luta: «Quando eles [produtores] decidiam vamos fazer isto, vamos fazer aquilo, a gente [liderança do movimento] tira-lhe uma percentagem de 20, 30%. Já se sabe que os outros 70% aparecem. E em então com essa massa humana já merece a pena fazer qualquer coisa. É assim que se calcula, digamos assim. As lutas não têm nada de científico» (*Entrevista 4, Dirigente*).

Uma avaliação final dos resultados conseguidos através da luta mostra que estes foram, em geral, limitados e as respostas do poder não surgiram de forma imediata, talvez «para não dar a impressão aos agricultores que indo para a estrada com luta conseguem» como sustenta um dos activistas entrevistados. Apesar de limitados e insuficientes para resolver os problemas de fundo dos agricultores<sup>14</sup>, esses resultados parecem ter sido suficientes para acalmar a luta.

É que a mobilização dos agricultores nem sempre é fácil e a sua desmobilização um risco permanente para os organizadores das lutas. Ao contrário de outros países europeus em que a adesão dos agricultores é espontânea, em Portugal «é muito difícil mobilizar pessoas que viveram sempre em grandes dificuldades e que não acreditam no futuro. Portanto, numa situação de desmotivação tal é muito difícil a mobilização» (*Entrevista 10, Dirigente*). Ao sentimento individual de injustiça e revolta, gerado pela experiência pessoal de cada produtor relativamente ao agravamento das suas condições de vida, não correspondia necessariamente uma consciência colectiva sobre a inevitabilidade da luta suficientemente estruturada e, por isso, a mobilização era limitada. «[O produtor] não tem consciência para fazer uma luta global. Ele vai [para a luta] não porque o vizinho tem as barbas a arder. Ele vai porque as dele estão a arder. Porque enquanto as dele não arderem ele não vai. Mas quando as dele estão a arder vai logo!» (*Entrevista 4, Dirigente*). Outra explicação corrente para a apatia é dada pelas condições objectivas e subjectivas de dependência em que os pequenos agricultores se encontram:

[...] a questão de ao longo dos anos se ter dado o poder de representatividade da agricultura a [...] organizações [...] muito próximas do governo [...] levou a que os problemas viessem a ser escondidos. É por isso que eu digo que os agricultores não estão ainda consciencializados... não estão ainda consciencializados! [...] Mas há uma série de dependências que foram criadas pelo pequeno produtor ao longo dos anos, ao longo da vida, que criaram dependências em relação a organizações, entidades e a donos e proprietários, não é?, que levaram, então, que a tal consciencialização não viesse ao de cima. Hoje acredito que estão mais conscientes dos problemas e, das situações do que estavam há 3 ou 4 anos atrás. (*Entrevista 3, Dirigente*)

<sup>14</sup> O carácter paliativo das medidas não escapava aos agricultores, como expressivamente manifestava um deles: «Isto não passa de um balão de oxigénio. Só vem aliviar um pouco a nossa agonia, mas resolvê-la é que não resolve!» (*Expresso*, 23/10/97).

Em todo o caso, a opinião generalizada dos activistas é de que as lutas valem tanto pelos seus resultados materiais quanto pelo seu simbolismo, ao produzirem uma imagem positiva dos agricultores capazes de resistir às pressões das forças interessadas na sua marginalização, mostrando iniciativa e coesão em torno de questões básicas de dignidade e respeito e assumindo-se como defensores de valores e de recursos que as sociedades industrializadas já perderam e tentam em vão restaurar.

48

## **Conclusão**

Os sinais de que a agricultura, enquanto actividade económica e meio de vida de uma fracção elevada da população portuguesa, viu a sua situação muito agravada ao longo da última década parecem irrefutáveis. Por isso, a análise do mal-estar dos agricultores e conflitualidade emergente no mundo rural português ocupou um lugar muito importante no presente estudo.

Através de uma sociografia dos conflitos ocorridos após a adesão europeia e de uma hermenêutica de alguns episódios de luta mais significativos, foi possível conhecer melhor as causas do mal-estar e as estratégias usadas para exprimir o descontentamento e o protesto.

A análise permitiu detectar a existência de diversos tipos de conflitos e, além disso, relacioná-los com os modelos agrícolas existentes. Assim, identificou-se um conjunto de conflitos (ou antes, de manifestações de mal-estar) associados à crise do modelo agrícola camponês — os conflitos defensivos ou de sobrevivência — a par de um outro conjunto de conflitos claramente associados às dificuldades da produção para mercado — os conflitos de mercado. Para além da especificação de cada tipo de conflito em relação aos seus objectivos, aos seus métodos, aos seus procedimentos organizativos e às suas relações com os outros grupos sociais, as interrelações entre eles próprios constituíram um objecto de investigação particularmente frutuoso.

Ao relacionar o mal-estar e a conflitualidade com a crise do modelo agrícola que se consolidou nos anos 70, verifica-se que a transição para um novo modelo, mais próximo daquele que vigora nos países norte-europeus, apesar de ter sido amplamente promovida pelas ajudas nacionais e comunitárias, não conseguiu impor-se e alcançar um nível de desenvolvimento sustentado.



Por isso, as saídas para a crise mantêm-se bloqueadas, ao mesmo tempo que o sector agrícola se apresenta cada vez mais frágil e segmentado. Os receios do futuro expressos pelos agricultores, parecem afinal encontrar fundamento nas perspectivas pouco animadoras que ressaltam de uma análise mais rigorosa da evolução dos próprios indicadores de situação e das políticas agrícolas. ■

## Referências Bibliográficas

50

- Avillez, Francisco 1992 «Impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa», *Análise Social*, 118-119, 691-702.
- Baptista, F. Oliveira 1993 *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora de Texto.
- Baptista, F. Oliveira 1996 «Declínio de um tempo longo», in Joaquim Pais de Brito (org.), *O Voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Caleiras, Jorge 1999 *Globalização, nova ordem regulatória agrícola e mal-estar social. Estudo dos conflitos rurais em Portugal entre 1986 e 1996* (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Faculdade de Economia.
- Geertz, Clifford 1966 *Agricultural Involution*. Berkeley: University of California Press.
- Henriques, M. Adosinda; Reis, José 1992 «Portugal. Hétérogénéité et deficit corporatiste», in B. Hervieu; R.-M. Lagrave, *Les syndicats agricoles en Europe*. Paris: L'Harmattan.
- Hespanha, Pedro 1994 *Com os pés na terra. Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- Hespanha, Pedro 1997 «The Dynamics of Globalization. Social Crisis and Conflict in Portuguese Rural Areas», *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 6, 11-24.
- Hespanha, Pedro et al. 1998 *O modelo agrícola e a integração dos espaços rurais perante a reestruturação da sociedade portuguesa*. Relatório Final de Investigação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Hobsbawm, Eric 1965 *Primitive Rebels*. New York: W. W.
- Jollivet, Marcel 1978 «Rente foncière et gestion des ressources naturelles. Quelques remarques sur la rente foncière dans une perspective interdisciplinaire», *Études rurales*, 256-274.
- Meillassoux, Claude 1976 *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento.
- Moreira, M. Belo 1995 «Globalização e agricultura», *III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER.
- Pinto, J. Madureira 1985 *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos Campos*. Porto: Afrontamento.
- Polanyi, Karl 1957 *The Great Transformation*. New York: Rineholt.
- Popkin, Samuel 1979 *The Rational Peasant*. Berkeley: University of California Press.
- Reboul, Claude 1977 «Determinants sociaux de la fertilité des sols», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 17-18, 112.
- Reis, José 1989 «Sob os efeitos da integração: um novo dualismo na agricultura portuguesa ?», *Vértice*, 18, 61-67.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) 1993 *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.

- Scott, James                      1976    *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven:  
Yale University Press.
- Servolin, Claude                1989    *L'agriculture moderne*. Paris: Economica.
- Stédile, J. Pedro                1994    *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da  
UFRGS.
- Wolf, Eric                         1969    *Peasant Wars of the Twentieth Century*. NewYork:  
Harper and Row.